



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

**TENDÊNCIAS DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA
PÚBLICA BRASILEIRA: O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS.**

ELIANA BOLORINO CANTEIRO MARTINS¹

CRISTIANO COSTA DE CARVALHO²

RESUMO

Destacamos a importância das entidades profissionais e o papel da ABEPSS se mostrou como fundamental no debate da formação profissional no serviço social numa perspectiva antirracista. Por meio de pesquisa bibliográfica e às legislações, infere-se como importante para socialização das aproximações com vistas a reconhecer a contribuição histórica da entidade no que concerne à pauta racial.

Palavras-chave: ABEPSS; Serviço Social; Formação profissional; Formação antirracista.

ABSTRACT:

We highlight the importance of professional entities and the role of ABEPSS proved to be fundamental in the debate on professional training in social work from an anti-racist perspective. Through bibliographical research and legislation, it is inferred that it is important for the socialization of approaches with a view to recognizing the historical contribution of the entity with regard to the racial agenda.

Keywords: ABEPSS; Social service; Professional training; Antiracist training.

INTRODUÇÃO

O trabalho de assistentes sociais na educação não é algo recente na história da profissão, remonta as suas origens conservadoras na busca por construção de consensos, prestação de assistência e coesão social em um processo de desenvolvimento e

¹ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Estadual Paulista

² Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Estadual Paulista



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

amadurecimento do modo de produção capitalista tardio no Brasil ainda no governo de Getúlio Vargas³.

Neste momento não nos compete fazer uma apresentação completa do Serviço Social brasileiro na história, mas sim sinalizar aspectos relevantes que atravessam o tempo, mas que foi contestado pela categoria no avançar da profissão, afinal, como construir uma base teórico-metodológica e técnico-operativa para uma sociedade que possui a sua formação social fundamentada marcada sob a violência e raiz colonizada, escravocrata, patrimonialista e patriarcal?

É no âmbito do denominado movimento de reconceituação do Serviço Social que a profissão identifica sustentação para formulação de uma abordagem teórica, metodológica, ética, política, interventiva e analítica com explícita adoção da tradição marxista na busca de compreender as profundas desigualdades sociais, raciais, sexuais e de gênero e se posicionar a favor dos direitos humanos e sociais da classe trabalhadora.

É neste avançar do tempo e de amadurecimento intelectual e interventivo que tem sido engendrado o debate sobre o Serviço Social na educação básica brasileira, especialmente no amplo movimento que antecede a promulgação da Lei nº 13.935/2019, “que dispõe sobre a inclusão de assistentes sociais e psicólogas na educação básica”. No entanto, no cotidiano constatamos que as rupturas com o conservadorismo no Serviço Social acontecem no campo da direção e hegemonia das entidades representativas da profissão, mas que as disputas pela manutenção de uma velha ordem de ver o mundo e desenvolver práticas sociais que retroalimentam a estrutura e superestrutura do capitalismo, persistem, então, o que vivemos, nas palavras de Antônio Gramsci um momento histórico em que “[...] o velho resiste em morrer e o novo não consegue nascer”. Entre o nascer o novo e morrer o velho, é importante que a Universidade desempenha formulações analíticas para apreender o momento da realidade, dessa forma, destacamos o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), que vem desenvolvendo, desde 2022, a pesquisa integrada denominada: “Tendências do trabalho de assistentes sociais na educação básica pública no Brasil” cujo término ocorrerá em 2025 (financiada pelo CNPq – Edital Universal) e possui como objetivo principal analisar o trabalho do assistente social no âmbito da política de educação básica pública no Brasil. A referida pesquisa é composta por três fases, sendo:

- ✓ **1ª Fase:** Pesquisa bibliográfica na produção de conhecimentos nos Programas de Pós-graduação em serviço social do Brasil, sobre o trabalho de assistente social na

³ O governo de Getúlio Vargas teve três fases: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934- 1937) e Estado Novo (1937-1945).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

educação básica, tendo o recorte temporal, desde a criação dos cursos de mestrado e doutorado até o ano de 2022 e nos seis Anais do Fóruns de Serviço Social organizado pelo GEPESSE⁴;

✓ **2ª Fase:** Mapeamento de assistentes sociais que trabalham na educação básica pública na rede estadual ou municipal, nos 26 estados e o Distrito Federal; ✓ **3ª Fase:** Pesquisa de Campo – aplicação de formulário *on-line* visando identificar as condições de trabalho e as tendências do trabalho de assistentes sociais na educação básica pública. E posteriormente a realização de cursos de formação permanente em todas as regiões do Brasil.

Nos limites deste texto pretendemos apresentar os resultados parciais da 1ª fase da pesquisa, onde foi possível identificar as tendências do trabalho de assistentes sociais neste nível de ensino, conforme mencionado anteriormente, com destaque a tendência do trabalho de assistente social com famílias.

1. Estudantes da educação básica no Brasil: a interseccionalidade classe, gênero e raça-etnia

Partimos do pressuposto que a escola não é uma ilha, como disse o educador Gonçalo Pacheco (2010, s.p) a “[...] Escola, por si só, não consegue ser o agente de transformação do meio em que está envolvida, pode ser, tem sido, o porto de abrigo em que muitas crianças e jovens encontram a estabilidade possível e o conforto mínimo que as suas vidas lá fora não permitem”.

Em relação a educação escolarizada – em todos os níveis de ensino - focado aqui de forma especial na educação básica (primeiro nível de escolarização de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, 1996) – a condição do acesso e permanência de segmento – de representações da classe trabalhadora na escola, de forma especial, a empobrecida que possui

⁴ Os fóruns e seminário de educação e Serviço Social promovido pelo GEPESSE tem tido como público majoritário de profissionais com atuação na política de educação. Desse modo, a contribuição dos eventos para os profissionais é destacadamente relevante para o seu processo de educação permanente como para a construção de estratégias individuais e coletivas de organização, mobilização e busca de respostas aos desafios práticos e intelectuais cotidianos que atravessam o exercício profissional. A programação do Seminário, Encontro e Fórum propicia: a socialização e troca de experiências entre trabalhadores de diferentes níveis e modalidades da política de educação e regiões do país; a construção de agendas de debates e estratégias de mobilização política e profissional; o intercâmbio com experiências e pesquisadores nacionais e internacionais; a qualificação da experiência profissional acumulada, geralmente compartilhada nos grupos de trabalho por temáticas; e, por último, a aproximação com as pesquisas e discussões em curso no campo da pós-graduação. Trata-se, portanto, de uma oportunidade ímpar de socialização e aprendizado que produz de forma muito clara e rápida impactos na ação profissional. E não como uma consequência individual e isolada, mas como resultado de uma proposta coletiva de acompanhamento dessas mudanças que são monitoradas regularmente pelo GEPESSE em relação aos participantes dos eventos, através de seus encontros, cursos, assessorias e pesquisas. Deste modo, cabe afirmar que os eventos produzem um impacto não só imediato, aferido no tempo e espaço dos encontros, mas também a médio e longo prazo, na medida em que novas redes e interações profissionais se forjam a cada três anos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

uma identidade, ou seja, raça-etnia, gênero/sexualidade – é um imenso desafio para os trabalhadores na educação.

Certamente, principalmente pelo fato de trazerem na sua “bagagem” as marcas da classe social ao qual pertencem tracejadas de expressões da questão social que são explícitas tanto nas condições concretas de vida, mas também nas suas condições subjetivas, com vivências invadidas por todo tipo de preconceitos, de opressões, simplesmente pela cor que possuem, pelo gênero ao qual pertencem e pelas orientações de suas sexualidades, pela condição socioeconômica, por ser pessoa com um tipo de deficiência, enfim, pela in(racionalidade burguesa) colonialista, eurocêntrica, machista, patriarcal, capacitista que não respeita a diversidade e dignidade humana. Essa compressão nos permite observar que a Escola enquanto instituição social está carregada de vida, que neste espaço enquanto instituição reflete os dilemas de toda uma sociedade e as suas contradições, nela crianças, adolescentes, jovens e profissionais de educação e suporte educacional passam horas e anos, formam sua visão de mundo, experimenta as relações sociais, os complexos da vida em sociedade, experimentam e amargam as expressões da questão social. Por entender que a escola não é um campo neutro, consequentemente não representa e forma uma única visão de mundo, classe, gênero e sexualidade.

A escola é carregada de contradições e perspectivas e projetos, nesse sentido, a instituição escolar antes de qualquer definição prévia, é um campo político, nela existem disputas em torno da direção da sociedade. Não à toa que no Brasil identificamos inúmeros movimentos que buscam romper com o viés classista, comumente ancorado em uma escola que produz e reproduz interesses de uma determinada elite política e econômica.

Permeada por interesses distintos, muitos dos projetos de lei em curso tem utilizado como “bode expiatório” as instituições e grupos sociais específicos, assim, encontramos na esfera pública inúmeros debates que possuem como centro a formulação de políticas públicas e legislações com direcionamento à infância, à adolescência, à família³, exemplos são diversos, mas destacamos aqui alguns que possuem direcionamento e impactos para as políticas de educação e interface com as condições de trabalho de assistentes sociais na educação, como a tentativa (e ou tensionamento) de implementação de projetos de leis (PL): PL nº 1.338/2022 “homeschooling”; Proposta de Emenda Constitucional nº 32/2019, “Redução da maioria penal”; PL nº 7.180/2014, “escola sem partido ou sem política ou ideologia de gênero”; PL nº 6.583/2013, “Estatuto da Família”. Em comum, os exemplos acima mencionados sinalizam a um conjunto de tentativas de setores conservadores em criar na escola ou nos processos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

educacionais a institucionalização do elitismo, culpabilização dos indivíduos sobre o sucesso e fracasso no desenvolvimento, punitivismo e principalmente por não oportunizar uma formação baseada na emancipação humana e política.

Setores políticos conservadores sabem que todo esse movimento permeia a educação, muda paradigmas e interfere nas relações sociais, especialmente por identificarmos que a essência consiste em manter as estruturas sociais da indiferença⁵. Nessa esteira que podemos inferir que a Escola sozinha não muda a estrutura de uma sociedade, mas nesta instituição perpassa tendências e substancialmente colabora para transformações societárias por meio de processos educativos, formulações e proposições que podem formar a opinião e consciência da sociedade.

Pensar a Escola e a educação foi a base de formulação de um dos principais intelectuais da história do Brasil, Paulo Freire (1921-1997), que desenvolveu uma vasta literatura que deu corpo e movimento para consolidação de uma pedagogia crítica assentada nos interesses da classe trabalhadora, são notórios diversos livros, aqui destacamos especialmente “Pedagogia do Oprimido” (2023) e “Educação Como Prática da Liberdade” (1967) enquanto marco divisor para uma leitura da educação para além dos muros da escola

e afinada ao viés de classe e dos marcadores sociais da diferença. Também é notório que o Serviço Social tem buscado aproximação do debate da pedagogia histórico-crítica, nesse viés é possível identificar a influência, direção e posicionamento em autores como Saviani (2011), Almeida (2000), Martins (2012), Yannoulas (2013), entre tantos outros que de forma em geral tem formulado conhecimento em torno do objeto de análise e intervenção socioprofissional, estudos que contribuem para localizar as contribuições, atribuições e competências de assistentes sociais na educação - podendo ser na secretaria e ou órgãos gestores, bem como em núcleos especializados, além de diretamente no “chão da escola”. Estes autores convergem ao tecer considerações sobre os impactos na relação de acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola, perpassando por temas como evasão escolar, inviabilizações de acesso aos direitos sociais, pobreza, trabalho social e acompanhamento de famílias.

O desafio que está posto ao Serviço Social, perpassa, para além, de estar e permanecer na “escola” a possibilidade de participar de instâncias democráticas previstas no ambiente educacional e que se espraiam para a sociedade em geral, também é um desafio, diante de perspectiva que paira no senso comum na comunidade escolar de que os estudantes e suas

⁵ O uso do termo família no singular expressa uma única concepção com um viés nuclear e hétero normativo. ⁴ O debate ampliado sobre conservadorismo pode ser analisado nos estudos de Souza (2020).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

respectivas famílias não estão preparados para uma participação mais consistente, que de fato possibilite inferência nos processos decisórios da escola. Quiçá, então, considerar que a possibilidade de alçar a qualidade da formação profissional socialmente referendada. Horizontes indicados como possibilidades que podem e devem ser alvo da luta do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais unindo-se aos demais trabalhadores que compõem o trabalho coletivo nas instituições educacionais, especificamente na educação básica.

O tema do trabalho social com famílias será o guia de reflexão deste artigo, como será exposto posteriormente, tem sido identificado como uma das principais tendências na inserção e demanda de trabalho de assistentes sociais na educação básica, conforme pesquisa do GEPESS e, ao nosso ver, exige aprofundamento sobre como tem sido este trabalho, as concepções, estratégias e formas do trabalho desenvolvido por assistentes sociais face as demandas institucionais em um contexto de recrudescimento do conservadorismo político e econômico que ganha força nas práticas sociais.

2. A produção de conhecimento sobre o trabalho do assistente social na educação básica: tendência do trabalho de assistente social com famílias

Conforme argumenta Guerra (2009), o conhecimento pode ser adquirido em dois níveis: a racionalidade formal abstrata no qual suas operações de análise e síntese sobre as bases da positividade do mundo são reduzidas aos comportamentos manipuladores do sujeito em face do mundo objetivo e a racionalidade crítico-dialético. Nesta segunda vertente a referida autora sinaliza que:

[...] o conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição, quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. [...]) busca captar a processualidade contraditório de seus objetos e visa a refiguração, no nível do pensamento, do seu movimento. O fenômeno é apenas o ponto de **partida** do conhecimento. [...] O conhecimento é tanto mais verdadeiro enquanto ele conseguir captar, por meio de categorias analíticas, bem como a lógica do movimento de constituição dos processos, que se expressam na consciência do sujeito e se constitui no 'concreto pensado' (Marx, 1983, p.129 *apud* Guerra, 2009, p. 706-707).

A produção do conhecimento científico faz parte da busca do "homem" como forma de compreender a si mesmo e ao mundo. Portanto, a vertente crítico-dialética, está intimamente interligada ao desenvolvimento da sociedade e das configurações que assumem o processo de produção e reprodução social na trajetória histórica. Sendo assim, analisar a produção do conhecimento não poderá ser realizada desconectada das configurações atuais que impactam no mundo do trabalho e da cultura. Mas, precisa optar por uma direção social, aquela que reitera



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o instituído, sendo esta a mais estimulada para responder a lógica do capital, ou sinalizar o instituinte, que interpreta as mediações de forma a desvelar a dinâmica do movimento da realidade social. Nesta seara que a primeira fase da pesquisa do GEPESSE realizou a pesquisa bibliográfica. Nos limites deste texto, pautado na busca pela produção do conhecimento, apresentaremos um panorama dos resultados quantitativos desta pesquisa e consideramos relevante trazer para uma reflexão a respeito da principal tendência do trabalho de assistente social na educação básica.

Mas antes de adentrar nesta questão da tendência do trabalho de assistentes sociais, especificamente com as famílias, apresentamos o panorama da produção de conhecimentos em relação as duas fontes pesquisadas, conforme apresentada nos quadros a seguir.

Tabela 1 – Quantidade de teses e dissertações com temas: Serviço Social e Educação e Trabalho do Assistente Social na Educação Básica, por região do Brasil (2021).

Região	Produções interface Serviço Social na Educação			Produções sobre trabalho do Assistente Social na Educação Básica		
	Dissertações	Teses	Total	Dissertações	Teses	Total
Sudeste	108	38	146	11	02	13
Sul	102	22	124	04	03	07
Nordeste	31	04	35	10	-	10
Centro-Oeste	30	10	40	02	-	02
Norte	13	-	13	01	-	01
Total	284	74	358	28	05	33

Fonte: Elaboração própria (2024) a partir de dados extraídos da 1ª fase pesquisa GEPESSE – Pesquisa bibliográfica, 2022.

No panorama apresentado, do total de 284 dissertações e 74 teses, ou seja, 358 produções identificadas na interface do Serviço Social com a educação nos 36 programas de Pós-graduação em Serviço Social do Brasil, tendo como recorte temporal: a data de início de cada programa até 2022, desses, somente 33 produções, sendo 28 dissertações e apenas 05 teses apresentam pesquisas sobre a temática específica desta pesquisa – “o trabalho de assistentes sociais na educação básica”. De fato, confirmamos que ainda é reduzida a produção



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de conhecimentos que tratam sobre a temática em voga.

O quadro indica ainda, que o maior quantitativo de produções de conhecimento em teses e dissertações referentes a interface Serviço Social e Educação estão situados na região sudeste, com 108 dissertações e 38 teses, perfazendo o total de 146 produções. Logo a seguir, na segunda colocação se encontra a região sul, com 102 dissertações e 22 teses.

No que tange à produção de conhecimento com a temática específica da pesquisa, a região sudeste se mantém em primeiro lugar com 11 dissertações e 02 teses (total 13) e logo a seguir a região nordeste com 10 dissertações. Portanto, a região sudeste e nordeste despontam como as regiões que produzem o maior quantitativo de teses e dissertações com a temática da educação e o trabalho de assistente social na educação básica.

A seguir apresentamos também um panorama sobre a produção de conhecimentos de comunicações nos Anais dos seis eventos do GEPESSE, informando que no I Fórum de Serviço Social na Educação, realizado em novembro de 2010, portanto, logo após a criação do referido grupo que ocorreu em março de 2010, não houve apresentação de trabalhos, desta forma, é a partir do II evento, em 2011, que as comunicações foram compiladas.

Tabela 2 – Quantidades de comunicações, em cada edição dos fóruns e seminários, com temas: Serviço Social na Educação, Educação Básica geral e Trabalho do Assistente Social na Educação Básica

Edições dos Fóruns/Seminários	Interface do Serviço Social na Educação	Educação Básica Geral	O trabalho do Assistente Social na Educação Básica	Percentual relativo ao nº de comunicações sobre o Trabalho do Assistente Social na Educação Básica, em relação à qtd de produções sobre Educação Básica Geral
II	21	9	4	44%
III	39	12	7	58%
IV	30	10	4	40%
V	128	30	17	67%
VI	67	10	2	20%
TOTAL	285	71	34	48%

Fonte: Elaboração própria (2024) a partir de dados extraídos da 1ª fase pesquisa GEPESSE – Pesquisa bibliográfica, 2022.

Inicialmente se faz necessário contextualizar a trajetória histórica da realização dos eventos do GEPESSE, que teve início no primeiro ano de criação do grupo, em 2010. O fator determinante foi o fato de não haver um evento tendo como foco à temática: “Serviço Social no âmbito da Política de Educação” que propicie espaço para congregar estudos, pesquisas, relatos de experiências profissionais, reflexões sobre a Política de Educação em todos níveis e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

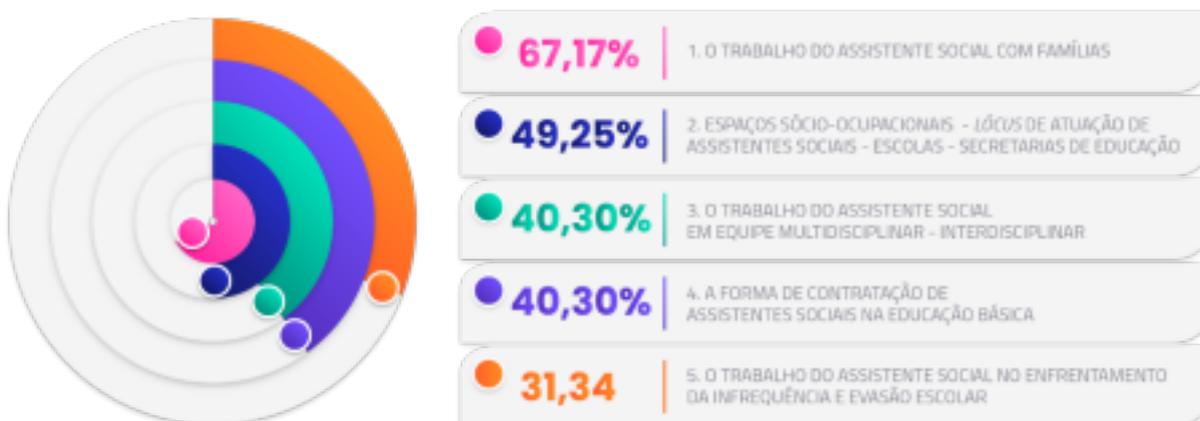
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

modalidades de ensino, além dos desafios das particularidades do trabalho do assistente social nesta política social. Na avaliação desta primeira edição do evento (em instrumental próprio), os participantes sugeriram a continuidade dele, justificando a escassez de atividades desse porte para a categoria profissional. Diante da solicitação unânime dos participantes do I Fórum do Serviço Social na Educação propondo a continuidade dos eventos, o GEPESSSE assumiu o compromisso de realizar bianualmente novas edições.

Isto posto, analisando a tabela supracitada observamos que do quantitativo de 285 comunicações de todos as seis edições dos eventos do GEPESSSE, 71 abordam a temática educação básica e desses 33 sobre o trabalho do assistente social na educação básica pública, portanto, com o significativo percentual de 48% das comunicações.

Analisando as duas fontes de produção de conhecimento pesquisada identificamos as tendências do trabalho do assistente social na educação básica, que são pertinentes a inserção e condições de trabalho do assistente social neste nível de ensino e, especificamente sobre o exercício profissional. Informando que a maior parte dessas tendências foram pré estabelecidas referendadas por pesquisas do Prof. Ney Almeida, com possibilidade de confirmá-las ou refutá-las. Segue a imagem.

Imagem 1: As tendências do trabalho do assistente social na educação básica, dividida em dois eixos: condições de trabalho e especificamente as tendências.

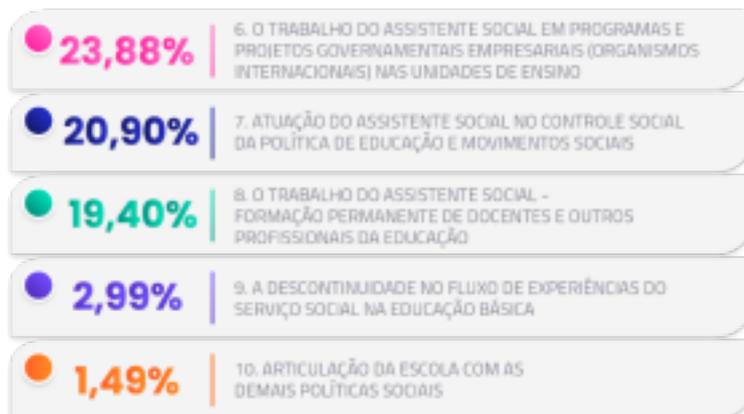




Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



Fonte: Elaboração própria (2024) a partir de dados extraídos da 1ª fase pesquisa GEPESSE – Pesquisa bibliográfica, 2022.

Para o referido texto, optamos por trazer reflexões sobre a principal tendência do trabalho de assistentes sociais, ou seja, com famílias considerando a impossibilidade de apresentar neste breve texto a totalidade das reflexões sobre todas as tendências⁶.

Para esta reflexão, partimos do pressuposto que o capitalismo é contraditório, constituído por classes sociais antagônicas, assim, de acordo com Tonet (2012, p. 17)

[...] a esfera da educação tem na reprodução do capital a tônica do seu desenvolvimento e ele envidará todos os esforços para subsumir à sua lógica toda e qualquer iniciativa, mesmo aquelas que, em princípio lhe poderiam ser contrárias. Mas, na medida em que a sociabilidade capitalista é gerada pela contradição entre capital e trabalho é contraditória, a possibilidade de uma oposição à hegemonia do capital também é uma possibilidade real.

Ressaltamos que assistentes sociais precisam reconhecer os motivos e o real interesse do Estado em ampliar o acesso à educação escolariza e, neste contexto, a expansão da inserção de assistentes sociais na educação básica (principalmente nas últimas décadas do século XXI). Partimos do pressuposto que é necessário refletir e formular uma apreensão crítica para além da luta da categoria profissional no sentido de efetivar esta inserção, que culminou na aprovação da Lei nº 13.935/2019, que vem incentivando a contratação de assistentes sociais e psicólogos neste nível de ensino.

Desta forma, necessário analisar as transformações societárias ocorridas nas últimas décadas no processo de produção e reprodução social, que são objeto de estudos de diversos

⁶ Informamos que será organizado em um e-book e publicizadas, em breve. Ademais, considerando que o término da pesquisa será em 2025, iremos complementar a coleta referente ao ano de 2023 nas duas fontes de pesquisa.

estudiosos tais como Antunes (2013 e 2018), Raichelis (2018), e que impactam no campo da política de educação, aqui sintetizadas conforme Almeida (2000, p. 153):

[...] As transformações na esfera da produção e da cultura impõem dois desafios centrais para a educação, vinculados exatamente às suas funções econômicas e ideológicas, estratégicas no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo: a garantia de uma formação técnica flexível, adequada às exigências dos novos padrões de produção e consumo e às variações do mercado de compra e venda da força de trabalho, assim como a garantia de uma formação ideologicamente funcional ao paradigma da empregabilidade. O alcance planetário dessas mudanças fornece

um novo contorno à divisão internacional do trabalho e da produção cultural, exigindo ações mais articuladas e de proporções mais amplas na garantia das condições necessárias para o desenvolvimento das novas estratégias formuladas pelo capital nas três últimas décadas.

Assim, às requisições institucionais para o assistente social no âmbito da Política Educacional, na perspectiva do capital, tem como principal objetivo garantir o consenso com a adesão da comunidade escolar e, especialmente estudantes/famílias a perspectiva ideológica hegemônica e assim preparar a força de trabalho técnica e ideologicamente para atender as demandas do mercado de trabalho, que adquire uma nova morfologia (Antunes, 2018). Contudo, novamente contraditoriamente, o desafio do Serviço Social é resistir a esta lógica a favor de uma formação crítica, propositiva, libertadora. Portanto, é preciso analisar, novamente de acordo com Almeida (2011) que, a “concepção simplista tão comum que julga a educação formal como solução para todo e qualquer problema é tão questionável quanto acreditar na absoluta imprestabilidade desta mesma educação” (Almeida, 2011, p. 04).

Apesar dos processos educacionais tradicionais hegemônicos serem essencialmente conservadores, não privilegiarem o estímulo à curiosidade, à reflexão crítica e à descoberta – mas sim primam pela (ir) racionalidade burguesa e subestimam a cultura popular trazida e vivida pelos estudantes, ainda assim, é somente através da universalização do acesso à educação institucionalizada e da luta por uma educação pública de qualidade, como um direito social, que podemos vislumbrar novas alternativas de futuro, diante da importância do acesso à escolarização. Nesse bojo, o trabalho de assistentes sociais na educação básica reveste-se de importância sociopolítica.

Conforme descreve o documento: “Subsídios para o trabalho de assistentes sociais na política de educação” (CFESS, 2013), há quatro pilares que particularizam este trabalho sendo: o acesso à educação escolarizada; a permanência à educação escolarizada e a luta em prol dos processos de democratização das relações e decisões institucionais além do empenho pela



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

qualidade socialmente referendada. Importante ressaltar que todas estas ações se efetivam ou não no cotidiano profissional dependendo de fatores que, por vezes, estão fora da alçada de decisão do assistente social.

A existência e compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre a possibilidade para o assistente social colocar-se a serviço de um projeto alternativo àquele para o qual é chamado a intervir (Iamamoto, 2008, p. 94), a partir da sua autonomia relativa, possibilita ao profissional vislumbrar estratégias de trabalho coerente como projeto ético

político profissional. Portanto, imprescindível aprofundar os conhecimentos: teórico-metodológicos; técnico-operativos e ético-políticos da profissão – Serviço Social, além da habilidade para efetivar as dimensões: investigativa, interventiva e educativa do serviço social.

Das tendências do trabalho de assistente social identificadas na pesquisa, conforme comentamos anteriormente, daremos destaque a mais evidenciada, ou seja, **o trabalho de assistente social com famílias**, como sendo o foco principal de um estudo, pesquisa, ou citada de diferentes formas no corpo dos documentos – teses, dissertações e comunicações do evento GEPESSE.

Inicialmente é preciso trazer à cena a concepção de família que norteia a reflexão dos autores deste artigo que será a referência para as análises, pois existem as vertentes: conservadora e histórico-crítica sobre a compreensão da família, tanto provenientes de estudos da sociologia, psicologia e do serviço social, dentre outras áreas do conhecimento, e na vertente sócio-histórica, da qual compartilhamos. Nesta direção, citamos alguns estudiosos da questão da família: assistentes sociais – Regina Mito, Cláudio Horst, Solange Teixeira, dentre outros e a psicóloga Heloisa Szymanski, sendo que esta trata também a temática da relação família e escola (2009). Considerando a importância desta concepção, registramos uma síntese dela, alertando sobre a imperiosa necessidade de aprofundamento desta temática no contexto educacional. Compreender a concepção de família exige uma análise do processo contínuo de transformações socioeconômicas e políticas que incidem sobre as diversas instituições, as relações e a constituição das famílias. Portanto, reafirmamos que falar da concepção de família e da relação escola-família, não pode ser desvinculada do modo de produção e reprodução social. Por outro lado, avaliar as trajetórias de vida individuais de seus membros, é essencial. Desta forma, família deve sempre ser pensada no plural, de forma contextualizada, ou seja, para além do espaço privado, considerando que ela é permeável aos fenômenos sócio-econômicos, ideo-políticos que perpassam as famílias em suas diferentes configurações, com seus valores, estratégias de sobrevivência, práticas cotidianas entre outros. Assim, há uma simbiose família e sociedade, ou seja, as transformações societárias refletem na dinâmica familiar e vice-versa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sinteticamente podemos situar a família:

[...] no conjunto das relações sociais, desmistificando a clássica divisão entre esfera pública e privada, reafirmando o seu caráter histórico e as suas relações contraditórias. Busca-se desnaturalizar o trabalho desenvolvido na família e pela família, cuja naturalização permite os deslizamentos de responsabilidades, especialmente no campo do cuidado, dos serviços para as unidades familiares. Ademais, interpretar os processos familiares como expressões singulares arquitetadas nas famílias, que expressam as múltiplas relações que a condicionam e a definem. Nessa esteira, a dinâmica familiar não pode ser circunscrita ao âmbito das relações familiares, considerando os modelos de famílias pautados em funções e papéis. Com isso, abre-se uma ponte para o campo de debate sobre a direcionalidade do trabalho com famílias no campo da política social, postula-se ações orientadas pelas necessidades das famílias e não pelos problemas apresentados por elas – casos de família (Horst; Mioto, 2017, p. 11).

A intervenção de assistente social com famílias, se constitui uma tendência histórica para os assistentes sociais em diferentes políticas sociais é também na área da educação é marcante o trabalho profissional na relação escola-família.

Como nas demais políticas sociais às proposições concernentes ao ideário neoliberal prevalecem na conjuntura atual deslocando a responsabilidade da proteção social do Estado para as famílias (familismo⁷). Na escolarização também se reproduz essa formulação para o alcance das metas educacionais definidas na ampla subordinação da educação pública aos preceitos de organismos multilaterais e aos ditames do capital. Neste sentido, as mazelas ou o denominado “fracasso escolar” recaí sobre a família da classe trabalhadora, que apresenta dificuldade para assumir a sua responsabilidade em relação ao acompanhamento do processo de escolarização de seus filhos e as demais provisões de atendimento ao seu bem estar, quase sempre por fatores alheios a sua vontade, mas determinados por sua condição concreta de vida. Realçando ainda a violação de direitos sofrido pelas famílias em decorrência da negligência do Estado na organização de políticas sociais e, especificamente que possibilitem a proteção social das famílias.

O trabalho do assistente social com famílias no ambiente escolar inicia-se por desvelar a real face da concepção norteadora desta relação estabelecendo um processo de ruptura com o conservadorismo, reatualizando práticas de responsabilização da família por todas as mazelas vivenciadas principalmente pelas crianças e adolescentes, de forma particular, no âmbito da escola, psicologizando a realidade das famílias em detrimento do desvelamento das condições reais de vida, da realidade de negligências do Estado em relação aos direitos das famílias

⁷ Para Esping-Andersen o familismo está presente nos sistemas de proteção social à medida que “a política pública considera - na verdade insiste - em que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros” (Esping-Andersen, 1999, p. 05).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(Teixeira, 2014; Miotto, *et. al.* 2015).

Uma indicação essencial e ponto de partida para qualquer trabalho que envolva escola-família é o (re) conhecimento mútuo, ou seja, ao efetivar uma aproximação que possibilite reduzir os preconceitos, as visões deturpadas de concepções de família e de escola. Muitas vezes o conhecimento que a escola possui de família é fundamentado em preconceitos, como: “famílias desestruturadas” (Mello, 1995, p. 52). Trabalhar com atividades educativas será importante para a transformação de hábitos arraigados culturalmente na sociedade brasileira.

Uma relação respeitosa se constitui uma condição essencial na relação entre escola e família, favorecendo sentimentos de confiança e competência. Inclusive há um reconhecimento, por parte dos gestores da educação e professores, em relação à habilidade do assistente social para atuar com famílias, apesar de ser arraigado de expectativas de disciplinamento, justamente pela ausência, por parte desses educadores de conhecimentos amplificados tanto sobre a própria instituição família, como também da profissão Serviço Social. Conforme já apontado, alertamos que esta requisição institucional recai sobre duas vertentes: a primeira voltada para atuação com as famílias visando a adesão, o disciplinamento as normas institucionais da educação, manifestando uma tendência a culpabilização das famílias pelo fracasso escolar; a segunda tem como princípio o entendimento da importância da família no processo de formação dos estudantes reconhecendo as dificuldades da aproximação escola-família e assim se valem da mediação dos assistentes sociais.

No material da produção de conhecimentos investigado constatamos que há um consenso, os assistentes sociais estão sintonizados e perseguem a intervenção pautada na segunda vertente mencionada anteriormente, justamente pela percepção que possuem em relação à concepção de família sedimentada na perspectiva sócio-histórica, que propicia uma visão de totalidade em relação as determinações que incidem sobre as condições objetivas, sociais e culturais da vida dessas famílias em suas dinâmicas familiares.

Deste ponto de vista, acreditamos que o trabalho dos assistentes sociais com famílias, de forma particular no universo educacional, deve partir da interpretação das demandas postas aos assistentes sociais que devem transpor a análise individualista, imediatista, mas recuperando as mediações universalidade, singularidade, particularidade e assim, possam compreendê-las como expressões de necessidades humanas básicas, decorrentes da lógica capitalista que ao gerar a riqueza gera a pobreza, a desigualdade social, sendo este o motor fundamental da própria organização do sistema capitalista.

É preciso reconhecer que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] é nesse contexto contraditório — em que se conjugam sinais do redesenho da política social brasileira e a forte presença de um corpo de conhecimento de viés estrutural funcionalista de natureza interdisciplinar para orientar o trabalho com famílias — que se começa a investir na construção de novos marcos para o trabalho com famílias na esteira do projeto ético político.

Desde então, estes novos marcos têm se estruturado sobre uma concepção de família que implica no reconhecimento de sua multiplicidade de formas e de suas transformações históricas e também do lugar que lhe é atribuído nos sistemas de proteção social. Dessa forma, interessa pelas suas relações com o Estado (esferas legislativa, executiva e judiciária) e com o mercado, bem como a sua incorporação pela política social. Tem ganho expressão nesse processo os estudos referentes à centralidade da família no campo da reprodução social na sociedade capitalista, tanto na sua face de reprodução cotidiana da força de trabalho, aspecto apontado intensamente pelas autoras feministas de viés marxista, como no campo da reprodução ideológica, que sempre permeou as análises da profissão no pós-reconceituação (Horst; Miotto, 2017, p. 19).

Os assistentes sociais que trabalham no âmbito da política educacional, de forma particular na educação básica, deve, com urgência, se inteirar deste conhecimento qualificando suas ações em relação a esta demanda premente das instituições escolares para não serem capturados pela lógica conservadora, reprodutora de preconceitos e falácias em relação a instituição família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos e enfatizamos que ao trabalhar junto às famílias o assistente social pode construir respostas concretas para atender as reais demandas das famílias que estão para além das requisições institucionais que explicitam as determinações da política social, no caso específico a política educacional. Enfim, corroboramos com afirmação de Horst e Miotto (2017) ao dizer que consideram “[...] o trabalho com famílias como um *locus* privilegiado de reflexão e provocações, a partir da realidade concreta dos sujeitos atendidos por nós, que pode contribuir nos processos de desmistificação da sociabilidade do capital” (Horst; Miotto, 2017, p. 14). Nesta direção, a tendência de trabalho do assistente social com famílias, pode significar uma estratégia possibilitando ao profissional se aproximar da realidade vivenciada pelas mesmas, as particularidades territoriais onde a escola está inserida e as potencialidades na efetivação de um trabalho educativo, com atividades focadas e direcionadas por um viés crítico e emancipatório (Tonet, 2014) que vislumbrem estimular o pensamento crítico.

REFERÊNCIAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ALMEIDA, N. L. T; ALENCAR, M. M. T. de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALMEIDA, N. L. T. Educação pública e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 63, 2000.

ALMEIDA, N.L. O Serviço Social e a Educação. *In*: Inscrita. Brasília: CFESS, n.6, 2000.

ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2013. v.II.

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 11 fev. 2022.

ESPING-ANDERSEN, G. *The three worlds of Welfare Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 1990.

FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 85ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

HORST, C.H.M; MIOTO, R.C.T. **Trabalho do assistente social com famílias: mediador pelo projeto ético-político profissional do Serviço Social**. REVISTA - EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 228 – 246.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capitalismo financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. 11. ed. São Paulo: Cortez; Peru: Celats, 1996.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, E.B.C *Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MIOTO, *et. al.* O familismo na política social: a bases de formação sócio-histórica do Brasil. XVI ENPESS, Vitória/ES, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22530>> Acesso em: 06 jul 2024.

NUNES, R. A. **Serviço social em escolas de Uberaba – Minas Gerais: da legalidade à realidade (1930-2017)**. 2018.114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

PACHECO, G. “A Escola não é uma ilha” - Agrupamento de Escolas e Jardins de Infância N.º



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1 de Portalegre. In. PROFFORMA, Revista online do Centro de Formação de Professores do Nordeste Alentejano, n. 01, dezembro, 2010. Disponível em:

https://www.cefopna.edu.pt/revista/revista_01/pdfs_01/jregio_01.pdf

RAICHELIS, R.; ARRIGUE, C. O trabalho não fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOUZA, J. M. A.de. Tendências ideológicas do conservadorismo. 1. ed. Recife: Editora da UFPE, 2020. v. 1. 389p.

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola:** desafios e perspectivas. Brasília: Liber livro, 2009.

YANNOULAS, S. C. Política educacional e pobreza - múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. 6. ed. Brasília: Liber Livro, 2013. v. 1. 280p.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS R. et al (orgs.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social São Paulo: Cortez, 2018.

TONET, I. Atividades Educativas emancipatórias. Revista Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 9-23, jan./jun. 2014.

Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5298>